



236

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO Nº 334492-9

Impetrante: Dr. George Arraes Feliciano

Paciente: José Marcone Cordeiro de Andrade

Autoridade coatora: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Caetano
(processo nº 0001012-94.2012.8.17.1290)

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Relator substituto: Cláudio Jean Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. DILAÇÃO QUE NÃO ULTRAPASSOU OS LIMITES DA RAZOABILIDADE (SÚMULA 84 DO TJPE). INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. APLICABILIDADE DA SÚMULA 52 DO STJ. INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO.

1. O feito tramitou na conformidade do que foi possível, e nada indica que tenha havido desídia ou incúria da juíza processante, nem tampouco inércia da secretaria da vara, sendo que o lapso temporal ocorreu dentro do é processualmente aceitável.
2. O excesso de prazo na tramitação processual não pode ser aferido com o rigor dos cálculos aritméticos, mas sim à luz da razoabilidade, considerando-se as dificuldades de natureza estrutural, como, por exemplo, a grande e progressiva quantidade de processos penais que diariamente são distribuídos para as varas criminais, como ocorre na vara de origem (Súmula 84 do TJPE).
3. De qualquer forma, como a instrução criminal já está encerrada, faltando apenas a devolução de uma carta precatória, não há falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo (Súmula 52 do STJ).
4. Ordem denegada. Decisão unânime.

CA



237

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

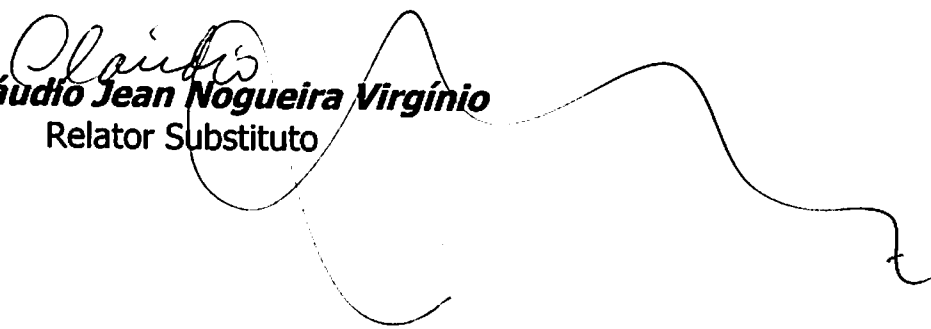
Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 334492-9, da Comarca de São Caetano, impetrado em favor do paciente José Marcone Cordeiro de Andrade. Acordam, por unanimidade de votos, os desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 28 / 05 /2014, em **denegar a ordem**, na conformidade do relatório, da ementa e dos votos anexos, que fazem parte integrante desta decisão.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. **Cláudio Jean Nogueira Virgínio**
Relator Substituto



238

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO Nº 334492-9

Impetrante: Dr. George Arraes Feliciano

Paciente: José Marcone Cordeiro de Andrade

Autoridade coatora: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Caetano
(processo nº 0001012-94.2012.8.17.1290)

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Relator substituto: Cláudio Jean Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

O Dr. George Arraes Feliciano impetrou *habeas corpus* em favor de **José Marcone Cordeiro de Andrade**, que se encontra preso preventivamente, por suposto cometimento do crime tipificado nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006, no artigo 14 da Lei 10.826/2003 e no artigo 244-B da Lei 8.069/1990. Apontou como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Caetano.

Alega o impetrante que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal em seu direito de locomoção, ante o excesso de prazo no encerramento da instrução criminal, uma vez que está preso preventivamente desde o dia 21/9/2012, "há exatos 592 (quinhentos e noventa e dois) dias" [*sic*, fl. 3], sem que até a presente data (entenda-se aqui a data da impetração do *writ*: 5/5/2014) a instrução criminal tenha sido encerrada.

O impetrante enfatiza, particularmente, que "o único motivo do atraso na conclusão da instrução do processo foi causado pelas testemunhas de acusação, já que uma não compareceu em 04 (quatro) audiências designadas apesar de regularmente solicitada [*intimada*] – e a Carta Precatória expedida em 16 de maio de 2013, há quase um ano – para oitiva de duas testemunhas de acusação ainda não foi devolvida (...)" [*sic*, fl. 3]

Por fim, alegando também que a Defesa não concorreu para a referida tardança, requer a concessão da ordem, com a expedição do pertinente alvará de soltura em prol do paciente, para que este aguarde em liberdade o encerramento do processo. Juntou os documentos de fls. 7 a 300.

soclins



239

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)


O pedido de liminar foi indeferido (fls. 316 a 318).

A autoridade coatora prestou as informações que lhe foram solicitadas (fls. 325 a 327).

Nesta instância, a Dr^a Judith Pinheiro Silveira Borba, 11^a Procuradora de Justiça, emitiu seu parecer pela denegação da ordem, requerendo também *"que seja diligenciada a devolução da carta precatória com urgência."* (fls. 231 e 232).

É o que importa relatar. Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. **Cláudio Jean Nogueira Virgínio**
Relator Substituto



246

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO Nº 334492-9

Impetrante: Dr. George Arraes Feliciano

Paciente: José Marcone Cordeiro de Andrade

Autoridade coatora: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Caetano
(processo nº 0001012-94.2012.8.17.1290)

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Relator substituto: Cláudio Jean Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Senhor Presidente,
Senhor (a) Desembargador (a),
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça:

VOTO

Conforme vimos no relatório, o impetrante pugna pela concessão da ordem impetrada, sob a alegação, em suma, de que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal, em virtude de excesso de prazo na conclusão do sumário de culpa.

Em que pese aos argumentos do requerente na busca da liberdade provisória de seu constituinte, não vejo, ao menos por ora, nenhum motivo plausível que justifique a concessão ordem impetrada.

Pelo que se depreende das informações prestadas no ofício de fls. 325 a 327 pela autoridade coatora, o processo vem tramitando regularmente, estando já encerrada a instrução criminal.

Vejamos o teor dessas informações:

"O paciente foi atuado em flagrante no dia 21/09/2012, acusado de infringir os artigos 33, *caput*, e 35, ambos da da lei nº 11.343/2006, art. 14, *caput*, da Lei 10.826/2003, e art. 244-B da lei nº 8.069/1990.

(...)

A prisão em flagrante do paciente foi convertida em preventiva por meio de decisão datada de 03/10/2012 (fls. 92 /93).



245

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Em 20/03/2013 essa Segunda Câmara Criminal julgou denegou pedido de *habeas corpus* formulado em favor do réu em questão (processo nº 0020238-75.2012.8.17.000 (0287952-5), conforme se vê às fls. 203/204 dos autos.

A instrução iniciou-se no dia 10/06/2013, mas se arrastou durante alguns meses em razão da dificuldade de apresentação pela SDS da testemunha policial Moacir Fernando de Arruda Costa.

De fato a audiência de instrução chegou a ser adiada quatro vezes ante a não apresentação da aludida testemunha.

Finalmente, em 02/04/2014 fora ouvida nesta Comarca a testemunha MOACIR FERNANDO DE ARRUDA COSTA, bem como interrogado o réu.

Atualmente, aguarda-se apenas a devolução de carta precatória enviada à Comarca de Belo Jardim para ser dado vista dos autos às partes para oferecimento das alegações finais." (sic, fls. 325 e 326)

Como se vê, o feito tramitou na conformidade do que foi possível, e nada indica que tenha havido desídia ou incúria da juíza processante, nem tampouco inércia da secretaria da vara, sendo que o lapso temporal ocorreu dentro do que é processualmente aceitável.

Não se perca de vista que o excesso de prazo na tramitação do processo penal não pode ser aferido com a precisão dos cálculos aritméticos, mas sim à luz da razoabilidade, considerando-se as dificuldades de natureza estrutural, como, por exemplo, a grande e progressiva quantidade de processos penais que diariamente são distribuídos para as varas criminais, como é o caso da Vara Única da Comarca de São Caetano.

Sobre a matéria, este sodalício editou a Súmula 84, que tem o seguinte enunciado:

Súmula 84 – *"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto."*

Assim, o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for absolutamente injustificada, o que não ocorre no caso concreto.

De qualquer forma, como a instrução criminal já está encerrada,



242

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

faltando apenas a devolução de uma carta precatória, não há falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.


Transcrevo abaixo, a propósito, o enunciado da Súmula 52 STJ:

Súmula 52: “*Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.*”

Portanto, de acordo com o parecer da ilustre Procuradora de Justiça, **denego a ordem** impetrada, e, por oportuno, a título de recomendação, determino que se oficie imediatamente à autoridade coatora, para que, com a máxima urgência, solicite a devolução da carta precatória em tela.

É como voto.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. **Cláudio Jean Nogueira Virgínio**
Relator Substituto